



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

6807 - Trabalho Completo - XXV EPEN - Reunião Científica Regional Nordeste da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2020)

ISSN: 2595-7945

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas

INTERFACE ENTRE SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO CIDADÃ VOLTADA A ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

Mirian Abreu Alencar Nunes - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO

INTERFACE ENTRE SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO CIDADÃ VOLTADA A ADOLESCENTES PRIVADOS DE LIBERDADE

1 INTRODUÇÃO

O texto que ora se apresenta, insere-se no debate sobre prática docente, temática analisada em nível de doutorado relacionada aos saberes mobilizados por professores que atuam na Educação de Jovens e Adultos (EJA), especificamente, adolescentes internos em Unidade socioeducativa com privação de liberdade.

Colocando o professor e sua formação no centro do debate educativo, focalizando, dentre outros aspectos relevantes, inquietações referentes ao processo ensino e aprendizagem desenvolvido com adolescentes em conflito com a lei, nosso objeto de estudo foi norteada pela questão/problema: Qual a relação existente entre os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo e a formação cidadã de adolescentes privados de liberdade?

De forma geral, o estudo teve como objetivo, a luz do referencial pertinente, analisar os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo e a contribuição para a formação cidadã de adolescentes em conflito com a lei, uma investigação realizada com professores que atuam em espaços socioeducativo com privação de liberdade.

Na construção metodológica desenvolvemos a dupla função pesquisadora-formadora, um dos princípios da Pesquisa Colaborativa que tem como pressuposto o equilíbrio entre pesquisa e formação, pois ao oferecer uma oportunidade insubstituível para a coprodução de conhecimento sobre as práticas de ensino, ao tempo em que propicia a investigação em ambientes educativos.

O *design* da análise fundamenta-se na Nova Retórica, uma dimensão da análise argumentativa que tem como categorias centrais o orador, o discurso, o auditório e as técnicas empregadas no discurso argumentativo propostos por Perelman e Tyteca (2005).

2 SABERES DOCENTES MEDIANDO FORMAÇÃO CIDADÃ

É possível compreender a partir da História que a educação tem feito parte da humanidade desde seus primórdios, mesmo quando esta visava apenas à transmissão de normas, condutas e formas de prevenção da vida. Pinto (1985, p. 29) defende a partir da existência humana em todos os seus aspectos ao afirmar ser “[...] a educação o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.”

Portanto, em sua essência, esta carrega os seguintes atributos: é processual, pois acontece em determinado tempo voltando-se para a formação de seres humanos que também são históricos; é um fator existencial porque configura o homem em toda a sua realidade considerando o processo constitutivo do sujeito enquanto humano; é um fator social porque é determinada por interesses que movem a comunidade para integrar todos os membros à forma social vigente; e é fenômeno cultural porque é responsável pela transmissão integral da cultura em todos os seus aspectos.

Libâneo (2002, p. 26) afirma que a educação se apresenta como “[...] fenômeno plurifacetado, ocorrendo em muitos lugares, institucionalizado ou não, sob várias modalidades”. Educação esta que, por meio de práticas pedagógicas dissemina saberes e modos de ação compreendidos como conhecimentos, conceitos, habilidades, hábitos, procedimentos, crenças e atitudes. A educabilidade, portanto, é princípio fundamental da condição humana, como lembra Charlot (2013) que, pelo fato de nascermos com essa possibilidade, a educação pode ser definida como um movimento pelo qual uma geração recebe as criações culturais das gerações antecedentes e, por meio das relações, as transmite, ampliando-as às gerações seguintes.

Considerando que a prática educativa é intrínseca à sociedade e busca fornecer aos indivíduos os conhecimentos que os tornam aptos a atuarem no meio social, necessitamos refletir sobre a condição de cidadania dos estudantes e da sociedade em que vivem. Assim, necessitamos da compreensão de que os conteúdos da aprendizagem necessitam ter seus significados ampliados para além da questão do que ensinar, encontrando sentido na indagação sobre por que ensinar e para que ensinar.

Quando a ênfase recai sobre o aspecto cognitivo no espaço escolar, distancia-se da finalidade da escola em promover a formação integral que pode ocorrer por meio das relações construídas a partir das experiências vividas tanto de estudantes, quanto de todos os outros atores do cenário educacional. Neste viés, compreendemos ser a prática docente uma específica modalidade de prática educativa que se dá por meio de atividades pedagógicas que têm como finalidade promover a formação crítica e transformadora do ser humano, considerando a vivência entre os sujeitos como condição essencial à educação.

Em face da necessidade da escola contribuir para a formação cidadã, Brandão (2002) assegura que a educação cidadã parte do reconhecimento de que os processos educativos devem ocorrer como um projeto de trocas de saberes e de sentidos que estão no próprio interior das pessoas e nas interações autônomas entre elas. É uma educação destinada a formar pessoas capazes de viverem em busca da realização plena de seus direitos humanos, mediados por um processo de conscientização crítica da construção de um mundo e de sociedade mais justa e igualitária.

Nesta perspectiva, “[...] cidadão é aquele que sempre pode estar se transformando enquanto participa do trabalho de construir com outros os saberes das culturas de ser no mundo social.” (BRANDÃO 2002, p. 92). Ou seja, é um sujeito que aprende fazendo-se a si mesmo, que participe como co-autor do mundo social em que vive, e nesta conjuntura, a educação voltada para a formação cidadã caracteriza-se pela troca de conhecimentos, de valores, de sensibilidades e de sociabilidade, que implica a formação do sujeito aprendente como um ator crítico, criativo, solidário e participante.

Isso significa que o sentido social da educação obrigatória é a formação para o exercício da cidadania, já que esta é condição para uma efetiva participação dos sujeitos na sociedade. Neste prisma, cidadania seria então compreendida como “[...] direito dirigido a facilitar a inclusão dos indivíduos com todas as possibilidades de participação plena em sociedade.” (SACRISTÁN, 2001, p. 66)

De modo geral, a educação cidadã tem como fundamento democratizar o acesso e garantir a permanência do estudante na escola ao permitir o aprendizado concomitante ao seu plano de desenvolvimento.

ATRELANDO SABERES DOCENTES E FORMAÇÃO CIDADÃ

Neste tópico apresentamos os resultados da investigação tomando como base os discursos enunciados pelos partícipes da pesquisa, que no corpo dos dados são identificados por Tukul, Sura e Pipa.

As narrativas analisadas foram produzidas a partir das oficinas de formação desenvolvida como ferramenta metodológica no percurso investigativo da Pesquisa Colaborativa. Assim, na primeira oficina de formação, Sura aborda questões relativas à formação cidadã ao responder um dos questionamentos iniciais:

Tukul: *De que forma o conhecimento que vocês já adquiriram contribui para o ensino aqui Na Unidade?*

Sura: *[...] a escola deve funcionar como um dos pilares para a melhoria desses jovens, e eu trabalho para que haja uma transformação que os faça refletir, pensar e mudar as atitudes errôneas que eles têm praticado durante a vida. Creio que sem escola e sem a aquisição de conhecimento que mudem o seu íntimo, no seu eu, não há transformação /.../ Além de conhecimento também tenho realizado peças teatrais na hora das culminâncias dos projetos para que eles tenham uma nova visão de mundo e possam, na medida do possível, internalizar valores e sejam considerados cidadãos íntegros e respeitados na sociedade que os discrimina.*

Ao afirmar que a escola deve funcionar como um dos pilares para a mudança dos estudantes socioeducandos, o orador emprega o argumento de definição normativa, que indica a forma em que se deseja que uma palavra seja utilizada ou uma ação seja realizada. Ou seja, Sura atribui à educação escolarizada a capacidade dos estudantes em refletir, pensar e mudar de atitudes.

Segundo Oliveira (2011, p. 30) “A argumentação pelo vínculo causal busca explicar as consequências ou efeitos observados a partir de razões que os fundamentem.” Portanto, a tese defendida por Sura é de que a escola, por meio do ensino intencional, culmine numa nova perspectiva de vida dos adolescentes em conflito com a lei, advinda da mobilização de saberes que promovam a reflexão, o pensamento e a mudança de atitudes. Para tanto, o orador recorre ao uso da metáfora como técnica argumentativa, destacando a figura do pilar para ressaltar a função da educação como ferramenta que oferece suporte ao processo de transformação dos estudantes que cumprem medida socioeducativa.

Na construção de sua argumentação, Sura narra sobre o uso de peças teatrais como recurso metodológico por ele utilizado, no intuito de que os adolescentes “tenham uma nova visão de mundo e possam, na medida do possível, internalizar valores e sejam considerados cidadãos íntegros e respeitados na sociedade que os discrimina.” Desta vez, ao partir do caso

particular de exemplificar a prática de peças teatrais como um dos instrumentos de seu fazer pedagógico para mediar o ensino de valores, Sura pauta seu discurso no emprego do exemplo, e robustece a tese principal por meio do argumento do vínculo causal fins e meios, quando discursa valorizando o uso de peças teatrais como meio para que a sociedade passe a considerar e respeitar os adolescentes como cidadãos íntegros.

Afirmam Perelman e Tyteca (2005) que a valorização de uma atividade como meio resulta da importância instrumental que se reconhece a algo cujo valor era visto anteriormente como menosprezado ou negativo. Destacamos que a criatividade com que Sura tem enriquecido os projetos pedagógicos desenvolvidos no contexto socioeducativo, por meio de peças teatrais, tem dinamizado o envolvimento dos estudantes nas ações pedagógicas planejadas pela equipe docente.

O ensino se revela no discurso do professor como uma abertura para pensar novas metodologias que envolvam os estudantes em um aprendizado dinâmico, crítico, criador e criativo. Postura defendida por Freire (2010, p. 21) quando discute sobre os saberes necessários à prática educativa, ressaltando a consciência do professor em reconhecer-se como ser inacabado, inconcluso como atitude que se opõe à mera prática de transferir conhecimento. Dito de outra forma, ensinar em busca da cidadania é atuar como “[...] professor crítico, responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente.” Acreditamos que uma prática docente que contribua para que adolescentes em conflito com a lei sejam considerados cidadãos íntegros pela sociedade, o saber fazer deve tornar-se diferenciado, revolucionário, mediado essencialmente, pela relação dinâmica e dialógica entre educadores e educandos.

Durante o desenvolvimento da terceira oficina de formação promovemos discussões acerca da importância da escola como ferramenta para a formação cidadã de estudantes socioeducandos. Para dar início à reflexão crítica compartilhada, entregamos cartões objetivando que os partícipes respondessem alguns questionamentos acerca dos elementos que devem ser considerados numa aula voltada para a educação cidadã. De posse da transcrição dos dados, tanto do portfólio quanto do diário de campo, optamos em analisar os seguintes discursos:

Tukal: *Qual deve ser o papel social de uma aula?*

Sura: *Acredito o papel social da aula é ensinar pra vida, porque na medida em que trabalhamos as aulas com conteúdos práticos para a vivência dos alunos dentro da sociedade, eles têm grande chance de participar de uma sociedade mais igualitária. /.../ Um dia desses encontrei um que saiu daqui há pouco tempo numa rua perto lá de casa. [...] ele me disse que estava indo trabalhar, que tinha sido chamado pelo dono de uma oficina, e que também estava estudando [...]. Percebi que ele agora não tinha mais receio de andar na comunidade, as pessoas não tinham mais medo dele.*

Pipa: *O papel social de uma aula é levar o aluno a si sentir parte dela, um ser social com funções na sociedade, porque se ele não se sente um cidadão ativo na sala de aula, dificilmente isso acontecerá lá fora. /.../ a educação é essencial à vida dele, para que o mesmo possa se tornar um novo cidadão, isso faz com que este aluno venha contribuir para uma sociedade melhor.*

A defesa de aulas pautadas em conhecimentos vivenciais enunciada por Sura, que favoreçam o ingresso dos adolescentes numa sociedade mais igualitária, e isenta de

preconceitos, tem como suporte o argumento do tipo quase lógico de probabilidade. Esse gênero argumentativo ocorre quando “[...] há avaliações baseadas, a um só tempo, na importância dos acontecimentos e na probabilidade do aparecimento deles.” (PERELMAN E TYTECA, 2005, p. 292).

Destarte, ao discursar que “*o papel social da aula é ensinar pra vida*”, Sura revela compreender que o ensino deve ser consequência da mobilização de saberes que oportunizarão a aplicabilidade do conhecimento adquirido no cotidiano do estudante. Este fato é evidenciado na tese final do orador, ao tempo em que utiliza uma das técnicas argumentativas que fundamentaram a estrutura do real, denominada ilustração.

Ressaltamos que as ilustrações são baseadas em um caso particular evocando um fato real com o objetivo de espelhar a realidade, estabelecendo uma solidariedade entre juízos admitidos e outros que se procura promover. Portanto, ao recorrer a uma realidade imediata, ou seja, o encontro em sua comunidade com um ex-interno da Unidade que afirmou estar trabalhando e estudando, o orador busca a adesão do auditório no sentido de convencê-los acerca da relevância do professor ministrar aulas pautadas em conhecimentos práticos que subsidiarão a vivência dos alunos e, conseqüentemente, sua efetiva participação na sociedade, que por vezes o ignora por carregar o estigma de socioeducando.

Ao defender a educação como condição essencial à humanização, Charlot (2013) ressalta a relevância do estudante aprender na vida e pela vida. Ou seja, o conhecimento se dá a partir daquilo que nos é permitido conhecer, vivenciar e experimentar ao longo de nossa existência.

A ideia de inserção na sociedade é uma tese também defendida por Pipa resultante de aulas que propiciem o envolvimento ativo do estudante nas atividades pedagógicas. O uso da comparação como técnica argumentativa discursada pela oradora, convoca o auditório a refletir sobre a importância da atuação do professor como sujeito motivador da sua prática, que estabeleça em sala um clima motivacional e, que faz com que o aluno sinta-se parte das aulas, reconhecendo que, como um ser social também tem funções a desempenhar na sociedade.

A comparação ocorre quando Pipa ressalta a semelhança que deve haver quanto ao envolvimento do estudante em duas situações e espaços distintos: no chão da sala de aula e no convívio com a sociedade fora da Unidade socioeducativa. Esta tese ganha força quando a oradora destaca a essência da educação para a vida dos socioeducandos, dando-lhes oportunidade de tornarem-se cidadãos com novas perspectivas de vida.

Na parte inicial desta tese, a professora argumenta pragmaticamente que a educação é ferramenta imprescindível para a formação do sujeito cidadão. Ao final desta, observamos que a oradora defende o raciocínio de que ao tornar-se cidadão, mediado pela educação, o estudante pode contribuir para a construção de uma sociedade melhor, mais justa, igualitária, democrática, acolhedora e menos discriminatória. Desta feita, o discurso privilegia o argumento do vínculo causal pragmático que “[...] permite apreciar um ato ou um acontecimento consoante suas consequência favoráveis ou desfavoráveis”. (PERELMAN; TYTECA, 2005, p. 303).

Liberali (2008, p. 78) afirma que a função da escola é de construir valores cidadãos, fato muitas vezes negligenciado em detrimento da supervalorização do acúmulo de conhecimento. No entanto, ressalta a autora que “[...] a educação para a cidadania pressupõe não só o aprender conhecimentos, mas o transformar a ação e a sociedade a partir disso.” Nesta linha, formar para a cidadania é levar em consideração não apenas o desenvolvimento cognitivo, mas também o reconhecimento das peculiaridades dos estudantes socioeducando,

para debater e construir valores cidadãos e éticos que são questões essenciais ao próprio desenvolvimento da educação para a cidadania.

PONTOS CONCLUSIVOS

Considerando que uma pessoa se caracteriza por sua forma de se relacionar com o mundo, com os outros, consigo mesmo e com o saber, é de fundamental importância que os saberes docentes mobilizados em espaço socioeducativo tenham como objetivo maior educar para a cidadania contribuindo efetivamente para que o aluno sinta-se inserido na sociedade da qual faz parte.

A pesquisa revelou que a educação desenvolvida pelos partícipes tem como função educar para a cidadania, ou seja, ocorre numa dimensão crítica, social e libertadora, capacitando os adolescentes para compreender-se a si mesmo e atuar como protagonista de suas funções sociais, como qualquer outro cidadão.

Formar para cidadania é um trabalho amplo e contínuo, em que modifica a pessoa possibilitando que o mesmo seja um sujeito de transformação. Neste processo, a escola cidadã é um campo educativo que viabiliza a cidadania de quem dela participa, desenvolvendo práticas que sejam coerentes com um discurso formador, emancipador, libertador. É por meio da educação que repousa a esperança de um país com mais igualdade social e possibilidades de transformação de vidas que favoreçam a todos o acesso e o exercício pleno da cidadania.

As considerações feitas ao final da investigação nos permitem afirmar que, embora as dificuldades enfrentadas pelos os colaboradores na Unidade socioeducativa no tocante ao processo educativo, identificamos uma proposta educacional pautada na valorização dos estudantes como cidadãos dignos de direitos e, responsáveis por deveres, assim como pela valorização de seres humanos, independente do ato infracional cometido.

Os discursos analisados anunciam práticas pedagógicas pautadas em saberes docentes que promovem um ensino voltado para a aquisição do conhecimento, assim como para a habilidade de refletir criticamente sobre uma transformação de vida, favorecendo a imersão e participação efetiva dos socioeducandos na sociedade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. **A educação popular na escola cidadã**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CHARLOT, B. Relação com o saber na sociedade contemporânea: reflexões antropológicas e pedagógicas. In: CHARLOT, B. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013. p. 157-182.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LIBERALI, F. C. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais**. Campinas: Pontes, 2008.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** São Paulo. Cortez, 2002.

OLIVEIRA, R. J. de O. **A ética no discurso pedagógico da atualidade**. Niteroi-Rj: Intertexto, 2011.

PERELMAN, C. ; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação**: a nova retórica. Trad. Maria Ermantina de Almeida P. Galvão. 2. ed. São Paulo: Martind Fontes, 2005.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. São Paulo: Cortez, 1985

SACRISTÁN, J. G. **A educação obrigatória**: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: Artmed, 2001.